COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

EMENDA ADOTADA AO PROJETO DE LEI Nº 4020, DE 2024

Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para determinar que 0,01% dos recursos recuperados no âmbito federal em decorrência da condenação nos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores deverão ser destinados a ações governamentais de assistência e proteção à pessoa idosa.

Dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:

" A ~+

Art. 2º O art. 7º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo §1º-A:

Art.
7°
1°-A No âmbito federal, 0,01% (um centésimo por cento) dos recursos
provenientes da alienação dos bens, direitos ou valores de que trata o
parágrafo anterior serão destinados ao Fundo Nacional do Idoso para
ações governamentais de assistência e proteção à pessoa idosa, de que
trata a Lei n° 12.213, de 20 de janeiro de 2010.
Sala da Comissão, em 9 de julho de 2025.

Deputado ZÉ SILVA Presidente



